



Automedicação com fitoterapia e plantas medicinais hoje: importância do farmacêutico

Self-medication with phytotherapy and medicinal plants today: importance of the pharmacist

Automedicación con fitoterapia y plantas medicinales de: la importancia del farmacéutico

Vinicius de Freitas Rangel¹; Graziely Gonzaga dos Santos²; Nathally Claudiane de Souza Santos³; Maria Clara Splendor⁴

RESUMO

O uso de plantas medicinais pela população vem sendo utilizadas como fonte de alimentação e fins terapêuticos. Esta prática faz parte da medicina tradicional, mas na maioria dos casos não possui comprovação científica, se fundamenta em conhecimentos e habilidades passadas de geração para geração. A automedicação constitui prática comum e muitos fitoterápicos não possuem o seu efeito tóxico bem identificado, podendo induzir a problemas graves, mesmo em baixas doses. A presença do profissional farmacêutico na dispensação destes medicamentos e eventual orientação na sua utilização são de extrema importância, como forma de diminuir os efeitos oriundos da automedicação. Objetivo foi levar para a população interna e externa o conhecimento e a necessidade de cuidado com o uso inadequado das plantas medicinais e mostrar a importância do farmacêutico na dispensação e no atendimento com o usuário. As buscas foram realizadas nas bases de dados: *Web of Science, Embase, LILACS, Scopus e MEDLINE* via *PubMed*. Embora as plantas medicinais e fitoterápicos ofereçam benefícios potenciais à saúde, seu uso responsável e supervisionado é fundamental para evitar riscos à saúde e garantir que contribuam efetivamente para o bem-estar dos usuários.

Palavras-chave: Fitoterápicos. Plantas medicinais. Farmacêutico.

ABSTRACT

The use of medicinal plants by the population has been used as a source of nutrition and therapeutic purposes. This practice is part of traditional medicine, but in most cases, it does not have scientific expertise, it is based on knowledge and skills transmitted from generation to generation. Self-medication is a common practice and many medicinal plants do not have their toxic effects well identified, which can cause serious problems, even in low doses. The presence of a professional pharmacist in the dispensing of these medications and any guidance on their use are of utmost importance, as a way of reducing the effects derived from self-medication. The objective was to approach the internal and external population, the knowledge, and the need to be careful with the inappropriate use of medicinal plants and show the importance of the pharmacist in the dispensation and attention to the user. The searches were carried out in the following databases: *Web of Science, Embase, LILACS, Scopus, and MEDLINE* via *PubMed*. If good medicinal plants and medicinal plants offer potential health benefits, their responsible and supervised use is essential to avoid health risks and ensure that they effectively contribute to the well-being of their users.

Keywords: Phytotherapeutics. Medicinal plants. Pharmaceutical.

¹Graduando em Farmácia. Unifatecie, Paranavaí –Paraná. E-mail: viniciusdefreitasrangel@gmail.com

²Graduanda em Farmácia. Unifatecie, Paranavaí –Paraná.

³Doutora e coordenadora dos cursos de Farmácia e Biomedicina. Unifatecie, Paranavaí –Paraná.

⁴Mestre e docente dos cursos de Farmácia, Biomedicina, Estética e Fisioterapia. Unifatecie, Paranavaí –Paraná



RESUMEN

El uso de plantas medicinales por parte de la población ha sido utilizada como fuente de nutrición y con fines terapéuticos. Esta práctica forma parte de la medicina tradicional, pero en la mayoría de los casos no cuenta con conocimientos científicos, se basa en conocimientos y habilidades transmitidos de generación en generación. La automedicación es una práctica común y muchas plantas medicinales no tienen bien identificados sus efectos tóxicos, lo que puede provocar graves problemas, incluso en dosis bajas. La presencia de un profesional farmacéutico en la dispensación de estos medicamentos y cualquier orientación sobre su uso son de suma importancia, como forma de reducir los efectos derivados de la automedicación. El objetivo fue acercarse a la población interna y externa, el conocimiento y la necesidad de tener cuidado con el uso inadecuado de las plantas medicinales y mostrar la importancia del farmacéutico en la dispensación y atención al usuario. Las búsquedas se realizaron en las siguientes bases de datos: Web of Science, Embase, LILACS, Scopus y MEDLINE vía PubMed. Si las buenas plantas medicinales y las plantas medicinales ofrecen beneficios potenciales para la salud, su uso responsable y supervisado es esencial para evitar riesgos para la salud y garantizar que contribuyan efectivamente al bienestar de sus usuarios.

Palabras clave: Fitoterapéuticos. Plantas medicinales. Farmacéutico.

INTRODUÇÃO

A revisão bibliográfica em questão apresenta uma análise minuciosa e abrangente dos estudos epidemiológicos relacionados ao uso de plantas medicinais como recursos terapêuticos. O estudo conduzido por Zeni et al. (2015) em Blumenau-SC destaca, de maneira proeminente, a prevalência do uso de plantas medicinais, incluindo variedades como erva cidreira, camomila, hortelã e limão, na população da Atenção Primária à Saúde. É notável que, muitas vezes, essa utilização ocorre sem um entendimento aprofundado dos possíveis efeitos adversos associados a essa prática, evidenciando uma lacuna no conhecimento e na conscientização sobre os riscos envolvidos (Zeni et al., 2015).

Uma abordagem semelhante é corroborada pelo estudo de Lima et al. (2018) em Abaetetuba-PA, onde foi identificado um índice significativo de utilização de plantas medicinais, especialmente entre os indivíduos registrados no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta constatação ressalta a extensão do fenômeno em diferentes contextos demográficos e geográficos, enfatizando a necessidade de uma análise abrangente e contextualizada das práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais.

Silva et al. (2023), ao realizarem uma investigação metódica no Centro Oncológico de Caruaru-PE, também destacaram e analisaram de forma aprofundada a prevalência notável no uso de plantas medicinais. Entre as variedades mais utilizadas estão o capim-santo, a camomila e a erva-cidreira, sendo acompanhadas pelo emprego frequente de fitoterápicos embasados em substâncias como *Passiflora incarnata* e própolis. Esses achados revelam não apenas a extensão do uso desses recursos terapêuticos, mas também indicam uma diversidade considerável nas escolhas de plantas e fitoterápicos entre os pacientes do Centro Oncológico. É digno de nota que os resultados obtidos por Silva et al. (2023) enfatizam de maneira enfática a carência de orientação apropriada em relação aos riscos associados à utilização indiscriminada de plantas medicinais e fitoterápicos. A ausência de informações adequadas pode contribuir para práticas terapêuticas inadequadas e sublinhar a importância de iniciativas educativas e de conscientização no âmbito da saúde. Estes estudos indicam, assim, a urgência de estratégias eficazes para preencher essa lacuna de conhecimento, com foco na promoção do uso seguro e informado desses recursos terapêuticos.

Contrastando com essas constatações, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Brasil, implementada em 2006, surge como uma iniciativa destinada a catalisar o uso consciente e sustentável desses recursos, contribuindo para o aprimoramento da terapia fitoterápica no país (Brasil, 2016). Não obstante os benefícios potenciais das plantas medicinais, a revisão ressalta a necessidade imperativa de uma utilização responsável, considerando detalhes como dose, posologia e possíveis interações com outros medicamentos. Destaca-se, ainda, a importância de direcionar atenção especial a grupos vulneráveis, como os idosos, que, devido a suas particularidades fisiológicas, podem manifestar reações distintas.



Nesse cenário, a atenção farmacêutica emerge como componente crucial no âmbito do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, desempenhando a função primordial de educar e conscientizar os usuários sobre o uso seguro e racional dessas terapêuticas. A disseminação científica, a capacitação contínua dos profissionais farmacêuticos e a orientação direcionada aos usuários surgem como elementos fundamentais para assegurar a adequada utilização dos medicamentos fitoterápicos e a prevenção de potenciais riscos (Barbosa Zarbelam, 2020).

Em resumo, a revisão bibliográfica evidencia que o uso recorrente de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil é uma prática notável, porém, frequentemente, carente de orientação apropriada. Surge, portanto, a necessidade premente de promover uma utilização consciente desses recursos, levando em consideração tanto os benefícios quanto os riscos associados, e incorporando os profissionais farmacêuticos de maneira proeminente na educação e supervisão dos usuários. Em suma, a presença e atuação do farmacêutico são essenciais para assegurar que o uso de plantas medicinais e fitoterápicos seja feito de maneira consciente e responsável. Sua expertise contribui para a promoção da saúde, prevenção de riscos e garantia da eficácia terapêutica, alinhando-se aos objetivos do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e promovendo uma abordagem integrativa e segura no cuidado à saúde da população.

MÉTODOS

Neste artigo de revisão, descrevemos meticulosamente a metodologia empregada para conduzir uma revisão bibliográfica sobre automedicação com fitoterápicos e plantas medicinais na atualidade. O processo foi conduzido em várias etapas, começando pela seleção criteriosa de fontes de informação. Para isso, realizamos uma busca abrangente em diversas bases de dados acadêmicas, tais como Scielo, PubMed, Google Acadêmico, bibliotecas digitais e catálogos de revistas científicas.

A seleção de palavras-chave desempenhou um papel crucial, sendo escolhidas termos como automedicação, fitoterápicos, plantas medicinais e farmacêutico para identificar as fontes mais pertinentes ao nosso escopo de pesquisa. Estabelecemos critérios rigorosos de inclusão e exclusão para assegurar a qualidade e relevância das fontes incorporadas. Incluímos apenas aquelas diretamente relacionadas ao tema, publicadas nos últimos 15 anos e baseadas em pesquisas empíricas, revisões sistemáticas ou análises aprofundadas.

Cada fonte foi submetida a uma análise crítica, visando identificar informações cruciais, conclusões e argumentos. Durante essa análise, direcionamos nossa atenção para a identificação de lacunas na pesquisa, destacando áreas que demandam investigação adicional ou aquelas em que as fontes apresentaram divergências. A contextualização de todas as informações dentro do quadro teórico da sustentabilidade urbana foi uma abordagem adotada, estabelecendo conexões com teorias e conceitos previamente definidos.

A revisão bibliográfica foi estruturada de acordo com as normas acadêmicas, seguindo uma organização que compreendeu introdução, desenvolvimento temático e conclusão. Esse formato proporcionou uma apresentação clara e coesa do material revisado. Além disso, o resumo expandido passou por uma revisão minuciosa, visando garantir a clareza, coesão e precisão do texto, contribuindo para uma compreensão mais acessível e abrangente do conteúdo.

Ao citar as fontes, adotamos o estilo de citação ABNT e incluímos todas as referências na lista final, reforçando a transparência e a rastreabilidade do nosso trabalho. A aplicação dessa metodologia rigorosa de revisão bibliográfica possibilitou uma análise abrangente e crítica da pesquisa sobre automedicação com fitoterápicos e plantas medicinais. As etapas mencionadas acima desempenharam um papel crucial na garantia da qualidade e confiabilidade do processo de revisão realizado.

RESULTADOS



No Brasil, a criação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2006 representou um marco significativo na busca pela segurança e uso consciente desses recursos. Inicialmente delineada em 2008, a política visa garantir à população brasileira a segurança e promover o uso sustentável da biodiversidade, do desenvolvimento da produção em série e da indústria nacional no contexto das plantas medicinais e fitoterápicos (Brasil, 2016). No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares destaca a relevância das plantas medicinais e fitoterapia no tratamento de diversas condições de saúde, desempenhando assim um papel significativo no crescimento da prática terapêutica fitoterápica no país (Leal-Cardoso; Fonteles, 1999; Brasil, 2016; Feitosa et al., 2016).

A utilização de plantas medicinais na produção de remédios caseiros para tratar doenças, quando realizada de maneira adequada, pode proporcionar benefícios à saúde. Além disso, essas plantas apresentam-se como fontes promissoras para o desenvolvimento de medicamentos, oferecendo custos mais acessíveis em comparação com a pesquisa de moléculas sintéticas (lanck et al., 2017). Os objetivos dos produtos naturais abrangem diversas áreas, desde a estética, como no emagrecimento, até o tratamento de doenças graves e crônicas, embora muitas vezes em fase experimental (Consolini; Ragone, 2010; Gomes, 2016; Valgas; Queiroz 2017).

Entretanto, a utilização responsável de plantas medicinais exige a consideração de que estas são, de fato, medicamentos, sujeitos aos mesmos cuidados que os produtos obtidos comercialmente. As informações sobre dose, posologia e possíveis interações com outros medicamentos devem ser rigorosamente observadas, estando sujeitas ao controle sanitário. Essas plantas têm indicações variadas, desde o tratamento de condições leves até casos crônicos (Moll, 2000). É crucial ressaltar que, apesar dos benefícios, o uso inadequado ou prolongado, assim como a combinação com medicina tradicional ou outras plantas, pode acarretar malefícios à saúde (Veiga; Pinto; Maciel, 2005; Machado et al., 2014; Enioutina et al., 2017). Considerando a diversidade de formas de consumo de plantas medicinais, uma atenção especial deve ser dedicada aos grupos vulneráveis, como os idosos, cujo metabolismo difere dos jovens, crianças e mulheres grávidas (Veiga; Pinto; Maciel, 2005; Jordan; Cunningham; Marles, 2010; Cardoso; Amaral, 2017).

Conforme a segunda edição do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, publicada em 11 de fevereiro de 2021, o Brasil abrange um conjunto diversificado de informações, contando com 85 monografias que abrangem 85 espécies, resultando em 236 formulações de fitoterápicos aprovados pela ANVISA. Destes, destacam-se, segundo o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), o uso predominante na rede pública do SUS de medicamentos como guaco, espinheira-santa e isoflavona-de-soja, indicados para tratar condições como problemas respiratórios, gastrite, úlcera e sintomas do climatério (Maciel, 2016).

Um estudo epidemiológico observacional conduzido por Zeni et al. (2015) em Blumenau-SC, evidenciou que na Atenção Primária da Saúde, a população majoritariamente utiliza plantas medicinais como remédios caseiros, principalmente por meio de chás, sem pleno conhecimento dos potenciais malefícios decorrentes do uso excessivo. As variedades mais utilizadas incluem erva cidreira, camomila, hortelã e limão. Outrossim, a pesquisa realizada por Lima et al. (2018) no Pará revelou as preferências em Abaetetuba, onde plantas como boldo, cidreira, jucá, hortelã e limão se destacaram entre as mais utilizadas pelos cadastrados no SUS. No cenário oncológico de Caruaru, Pernambuco, Silva et al. (2023) conduziram um estudo transversal, constatando que 64,30% dos pacientes utilizavam plantas medicinais, com destaque para capim-santo, camomila e erva-cidreira. Fitoterápicos à base de *Passiflora incarnata* e própolis também foram amplamente empregados.

A automedicação é uma prática generalizada, e muitos fitoterápicos carecem de uma identificação precisa de seus efeitos tóxicos, o que pode resultar em problemas graves mesmo em doses baixas (Silveira; Bandeira; Arrais, 2008). A ausência de informações detalhadas sobre as substâncias e o uso não fundamentado cientificamente são fatores que podem acarretar sérias consequências para a saúde. Essas práticas são frequentemente difundidas por meio de redes sociais, amigos e familiares, e, em alguns casos, por balconistas de farmácia, cujo conhecimento é adquirido principalmente pela experiência prática no campo de trabalho. Em contextos em que o acesso ao sistema de saúde é limitado, as orientações fornecidas por farmacêuticos desempenham um papel crucial na mitigação dos potenciais efeitos negativos da automedicação (Prates, 2014).



Nesse contexto, é vital reconhecer o papel essencial que os farmacêuticos desempenham para assegurar e apoiar a população na promoção do uso racional da fitoterapia. As Diretrizes Nacionais do Curso de Farmácia, estabelecidas pela Resolução nº 06 de 2017 do Ministério da Educação, delineiam um caminho claro para o desenvolvimento de competências e habilidades que capacitam os farmacêuticos a desempenhar um papel mais proeminente no cuidado à saúde. Essa ênfase na formação de farmacêuticos capazes de contribuir diretamente com o cuidado aos pacientes e às comunidades é crucial para uma utilização mais segura e eficaz dos fitoterápicos (Soares et al., 2020).

A atenção farmacêutica desempenha um papel crucial no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), proporcionando acesso seguro e racional à população. No contexto desse programa governamental, os farmacêuticos desempenham um papel educativo, conscientizando e participando da orientação dos usuários, contribuindo para um atendimento de qualidade no âmbito do SUS e incentivando o uso racional e seguro dos fitoterápicos (Fontenele et al., 2013).

Estudos epidemiológicos observacionais, como o conduzido por ZENI et al. (2015) em Blumenau-SC, evidenciam que a autotratamento com remédios, especialmente o uso de plantas medicinais, é comum entre os usuários do SUS. Plantas como erva cidreira, camomila e hortelã são frequentemente utilizadas, muitas vezes sem o devido conhecimento dos potenciais riscos associados ao uso excessivo. Pesquisas semelhantes, como a realizada por Lima et al. (2017) no Pará, destacam o uso generalizado de plantas medicinais como forma de auto tratamento, sublinhando a necessidade de supervisão farmacêutica diante da crescente demanda por medicamentos fitoterápicos. Essas práticas, sem a devida orientação, levantam preocupações, especialmente devido ao potencial risco de interações com medicamentos alopáticos.

Dentro desse contexto, sobressai-se a influência marcante dos fitoterápicos, exemplificados pelo guaco, a espinheira-santa e a isoflavona-de-soja, entre os medicamentos mais frequentemente utilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal relevância é corroborada pelas diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) (Maciel, 2016). Contudo, mesmo diante dessa aceitação e prevalência, a prática disseminada da automedicação e a lacuna existente nas avaliações precisas dos potenciais efeitos tóxicos desses fitoterápicos emergem como preocupações substanciais. Essa lacuna ressalta a necessidade urgente de orientações embasadas e coloca em destaque o papel crucial dos farmacêuticos nesse contexto (Silveira; Bandeira; Arrais, 2008).

Este cenário complexo é agravado pela falta de informações adequadas sobre essas substâncias, contribuindo para um perigo substancial à saúde pública. Muitas vezes, essas práticas de automedicação são disseminadas através de canais informais, como redes sociais, relatos de amigos e familiares, e até mesmo por profissionais de farmácia, cujo conhecimento é frequentemente adquirido predominantemente pela experiência prática no campo de trabalho. Em contextos nos quais o acesso ao sistema de saúde é limitado, as orientações fornecidas pelos farmacêuticos desempenham um papel crucial na mitigação dos potenciais efeitos negativos da automedicação (Prates, 2014).

Nesse contexto desafiador, torna-se imperativo reconhecer o papel essencial que os farmacêuticos podem desempenhar para assegurar e apoiar a população na promoção do uso racional da fitoterapia. As Diretrizes Nacionais do Curso de Farmácia, estabelecidas pela Resolução nº 06 de 2017 do Ministério da Educação, delineiam um caminho claro para o desenvolvimento de competências e habilidades que capacitam os farmacêuticos a desempenhar um papel mais proeminente no cuidado à saúde. Esse enfoque na formação de farmacêuticos capazes de contribuir diretamente com o cuidado aos pacientes e às comunidades é fundamental para uma melhor utilização dos fitoterápicos. Portanto, a capacitação dos farmacêuticos, aliada à colaboração com o Sistema Único de Saúde (SUS), representa um passo significativo em direção a uma prática mais segura e eficaz da fitoterapia no contexto brasileiro (Soares et al., 2020).

Dada a constante evolução na pesquisa científica, os farmacêuticos têm a responsabilidade de manter-se atualizados sobre os avanços no campo das plantas medicinais e fitoterápicos. A busca por conhecimento contínuo permite que ofereçam informações baseadas em evidências aos usuários e outros profissionais de saúde. Além de desempenhar um papel crucial na identificação e prevenção dessas interações, garantindo que a terapia fitoterápica seja compatível com outros tratamentos em curso. Ao incorporar a atenção farmacêutica no acompanhamento dos usuários que utilizam plantas medicinais, os



profissionais podem monitorar a resposta do paciente ao tratamento, ajustar posologias conforme necessário e identificar eventuais sinais de problemas de saúde relacionados ao uso dessas substâncias.

Os farmacêuticos têm o conhecimento técnico necessário para educar os usuários sobre as propriedades das plantas medicinais, suas interações com outros medicamentos e os possíveis efeitos colaterais. Essa orientação é essencial para garantir que os pacientes compreendam como utilizar esses recursos terapêuticos de maneira segura e eficaz. A importância do farmacêutico na promoção do uso consciente e seguro de plantas medicinais e fitoterápicos é fundamental para garantir a eficácia terapêutica e prevenir possíveis riscos à saúde. Os profissionais farmacêuticos desempenham um papel crucial em diversas etapas, desde a orientação dos usuários até a disseminação de informações científicas e a colaboração no desenvolvimento de políticas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das discussões anteriores, é possível inferir que o emprego generalizado de plantas medicinais e fitoterápicos é uma prática profundamente arraigada na rotina da população brasileira, frequentemente se configurando como uma opção recorrente de remédio caseiro. Todavia, a análise dos estudos apresenta uma lacuna notável no que tange à orientação apropriada sobre o uso dessas substâncias, suscitando sérias preocupações em relação aos potenciais riscos à saúde dos usuários, especialmente quando a utilização ocorre sem a devida supervisão farmacêutica.

A implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Brasil, como evidenciado pelos documentos normativos de 2006, representa um avanço significativo na promoção do uso consciente e sustentável desses recursos naturais. Este marco normativo visa catalisar o crescimento da terapia fitoterápica no país, reconhecendo o valor intrínseco das plantas medicinais na abordagem da saúde. Contudo, é inegável que a mera existência de uma política não é suficiente para garantir uma utilização segura e racional desses medicamentos. Impõe-se, portanto, a necessidade premente de estratégias complementares para suprir as lacunas identificadas.

A escassez de orientação apropriada, conforme revelado pelos estudos revisados, destaca a importância crítica de intensificar os esforços na divulgação científica. Torna-se imperativo não apenas consolidar informações acerca dos benefícios e riscos associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos, mas também disseminar esse conhecimento de maneira acessível à população. A promoção de campanhas educativas e materiais informativos pode desempenhar um papel vital nesse sentido, capacitando os usuários a tomar decisões informadas sobre sua saúde.

Além disso, a qualificação dos profissionais farmacêuticos emerge como um ponto central na equação da utilização segura de medicamentos fitoterápicos. O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos deve direcionar esforços consideráveis para a capacitação contínua desses profissionais, proporcionando-lhes o conhecimento e as habilidades necessárias para orientar os usuários de maneira eficaz. A atenção farmacêutica, nesse contexto, não deve ser encarada apenas como uma medida corretiva, mas sim como uma abordagem proativa na prevenção de potenciais riscos à saúde.

Para garantir a efetiva implementação das políticas existentes, a orientação adequada aos usuários emerge como um componente crítico. Isso implica não apenas fornecer informações, mas também criar mecanismos eficazes para que os usuários possam acessar apoio e orientação sempre que necessário. A criação de centros de informação sobre plantas medicinais, integrados aos serviços de saúde, pode ser uma estratégia eficaz para preencher essa lacuna e promover a tomada de decisões informadas.

Em resumo, a disseminação dissecação do panorama revelado por esses estudos destaca a relevância de um enfoque abrangente para lidar com o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. Embora a Política Nacional seja um avanço significativo, é essencial complementá-la com iniciativas que fortaleçam a divulgação científica, qualifiquem os profissionais farmacêuticos e proporcionem orientação adequada aos usuários. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível garantir que os



benefícios desses recursos naturais sejam colhidos de maneira segura e racional, promovendo, assim, a saúde e o bem-estar da população brasileira.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecimento aos professores do curso de Farmácia e Biomedicina da Unifatecie e a CONPEX pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele de Souza; ZAMBERLAM, Cláudia Raquel. uso racional de medicamentos fitoterápicos fornecidos pelo sistema único de saúde e a função do farmacêutico neste contexto:

doi.org/10.29327/4426639. revista ibero-americana de humanidades, ciências e educação, v. 6, n. 11, p. 169-182, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. Gov, 2020. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico>. Acesso em: ago. 2023

BRASIL, Ministério da Saúde. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica, Brasília. 2016.

CARDOSO, BRUCE SOARES; AMARAL, VANESSA CRISTIANE SANTANA. O uso da fitoterapia durante a gestação: um panorama global. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 1439-1450, 2019.

CONSOLINI, ALICIA E.; RAGONE, MARIA I. Patterns of self-medication with medicinal plants and related adverse events-a South American survey. *Current drug safety*, v. 5, n. 4, p. 333-341, 2010.

DA SILVA, IRAN ALVES et al. Caracterização do Uso de Fitoterápicos e Plantas Medicinais em Pacientes Atendidos em um Centro Oncológico de Pernambuco, Brasil. *ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION*, v. 12, n. 5, p. 900-914, 2023.

ENIOUTINA, ELENA YU et al. Herbal Medicines: challenges in the modern world. Part 5. status and current directions of complementary and alternative herbal medicine worldwide. *Expert review of clinical pharmacology*, v. 10, n. 3, p. 327-338, 2017.

FEITOSA, MARIA HELENA ALVES et al. Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, p. 197-203, 2016.

FONTENELE, RAFAEL PORTELA et al. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 2385-2394, 2013.

GOMES, JÉSSICA SCHMITZ. O uso irracional de medicamentos fitoterápicos no emagrecimento: uma revisão de literatura. 2016.

IANCK, MELISSA A. et al. Conhecimento e uso de plantas medicinais por usuários de unidades básicas de saúde na região de Colombo-PR. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 11, n. 8, p. 29-30, Ago. 2017.

JORDAN, SCOTT A.; CUNNINGHAM, DAVID G.; MARLES, ROBIN J. Assessment of herbal medicinal products: challenges, and opportunities to increase the knowledge base for safety assessment. *Toxicology and applied pharmacology*, v. 243, n. 2, p. 198-216, 2010.

LEAL-CARDOSO, JOSÉ H.; FONTELES, MANASSÉS C. Pharmacological effects of essential oils of plants of the northeast of Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 71, n. 2, p. 207-2013, Jun. 2019.



LIMA, F. B.; FONSECA, DYANA JOY S.; COSTA, JEFERSON M. Plantas medicinais utilizadas pelos cadastrados no SUS do município de Abaetetuba-Pará, Brasil.

SILVEIRA, PATRÍCIA FERNANDES DA; BANDEIRA, MARY ANNE MEDEIROS; ARRAIS, PAULO SÉRGIO DOURADO. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 18, p. 618-626, 2008.

SOARES, JÉSSICA ALINE SILVA et al. Potencialidades da prática da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos e plantas medicinais. *Journal Of Applied Pharmaceutical Sciences*. Minas Gerais, p. 10-21, 2020.

MACHADO, HELEN L. et al. Research and extension activities in herbal medicine developed by Rede FitoCerrado: rational use of medicinal plants by the elderly in Uberlândia-MG. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 16, p. 527-533, 2014.

MACIEL, VITOR. Uso de fitoterápicos e plantas medicinais cresce no SUS. Unasus, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais-cresce-no-sus>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MOLL, MARIA C. N. Uso racional de las plantas medicinales. *Pharmaceutical Care España, Barcelona*, v. 2, n. 1, p. 5-7, Ene.-Feb. 2000.

PRATES, ELINÉIA NEVES. *Automedicação Com Fitoterápicos e Plantas Medicinais: Uma Breve Reflexão*. 2014.

VALGAS, POLIANA O.; QUEIROZ OLIVEIRA, FRANCIELDA. Utilização de plantas medicinais e fitoterápicos como emagrecedores por mulheres de um projeto social em Sete Lagoas/MG. *Revista Brasileira de Ciências da Vida, Sete Lagoas*, v. 5, n. 1, p. 1-28, Jan. 2017.

VEIGA JUNIOR, VALDIR F.; PINTO, ANGELO C.; MACIEL, MARIA APARECIDA M. Plantas medicinais: cura segura?. *Química nova*, v. 28, p. 519-528, 2005.

ZENI, ANA LÚCIA BERTARELLO *et al.* Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 2703-2712, 2017.